



GT 22. Cartografia Social, Megaempreendimentos, Conflitos Sociais e Povos e Comunidades Tradicionais

Coordenador(es):

Alfredo Wagner Berno de Almeida (UEA - Universidade do Estado do Amazonas)

Patrícia Maria Portela Nunes (UEMA - Universidade Estadual do Maranhão)

O objetivo do G.T consiste em analisar a relação entre a implantação de megaprojetos de mineração, infraestrutura e logística e seus efeitos socioambientais a partir do mapeamento das estratégias globalizadas de desenvolvimento executadas na Amazônia e no Cerrado, com base na representação dos próprios povos e comunidades atingidos. Um elemento comum dos projetos que investem na mineração refere-se à concentração fundiária sob o domínio de grupos de interesse vinculados aos agronegócios e à extração mineral e de gás e petróleo. Os efeitos mais pertinentes concernem ao modo como o aquecimento do mercado de terras e a respectiva tendência ascensional dos atos de compra e venda, juntamente com o aumento da grilagem, tem inviabilizado a reprodução física e cultural destes povos e comunidades, desestruturando radicalmente a vida social e as modalidades de uso comum dos recursos básicos. Em termos jurídicos tem-se a usurpação das terras tradicionalmente ocupadas e por extensão das chamadas “terras comunitárias”. Tal fato pode ser observado tanto na Amazônia, quanto no Cerrado e em outras regiões do País, com a destinação de grandes extensões de terras para a monocultura (soja, algodão, eucalipto, cana-de-açúcar), pecuária extensiva, extração mineral e obras de infraestrutura ou de escoamento da produção (rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, oleodutos, gasodutos, hidrelétricas e parques eólicos).

Reservas Garimpeiras na Amazônia brasileira: categoria fundiária legal, mas efetiva?

Autoria: Januaria Pereira Mello (INCRA)

As Reservas Garimpeiras no Brasil são definidas por um conjunto de legislações vinculadas à mineração de pequena escala (MPE) ou também chamada de ASGM (artisanal small scale gold mining), devendo favorecê-la por meio da atuação de cooperativas de garimpeiros. A criação das Reservas Garimpeiras está relacionada à necessidade de estabelecer áreas específicas para este tipo de mineração, visando resolver conflitos oriundos especialmente da extração do ouro na Amazônia, a partir da década 70, como, por exemplo, o controle de grandes fluxos de mobilidade humana e o ?contrabando ou ilegalidade? da produção. Inicialmente vistas como um ?endereço? oficial para o exercício da atividade garimpeira, as Reservas Garimpeiras parecem ser categorias inexistentes perante a sociedade brasileira, não pela ausência de legislação ou real exploração, mas pela sua invisibilidade e/ou ausência de gestão pública, apesar de mais de 40 anos de criação das primeiras reservas, parecendo existir um fosso intransponível entre a situação real e o quadro legal, conforme menciona Martins (2009). Como pressuposto teórico metodológico parte-se da premissa que as Reservas Garimpeiras são resultado de processos de territorialização (Oliveira, 1998), ou seja, são territórios resultantes de ações políticas de permanente disputa, expressão das múltiplas contradições do Estado, da voracidade do capital e ao mesmo tempo das identidades e interesses das pessoas que nelas vivem. O estigma e a marginalização dos garimpeiros, bem como práticas exploratórias ambientalmente prejudiciais, claramente os distanciam de qualquer aproximação da definição de comunidade tradicional. No entanto, a criação de Reservas Garimpeiras também está associada à possibilidade de se estabelecer uma ?janela? para garantia de direitos de ?comunidades garimpeiras? já estabelecidas nos locais em que já se encontravam explorando há anos (Banco Mundial e MME, 2016). Nesse sentido, se faz necessário refletir sobre como a população moradora das reservas utilizam, pensam, concebem, representam o espaço a elas ?reservado?.



Além disso, se faz necessário também refletir sobre as relações dessa "categoria fundiária" - e mesmo se assim é concebida como tal - no quadro mais amplo de exploração mineral e estratégias de concentração fundiária que se configuram na Amazônia (Mello & Mello, 2018), tentando identificar as Reservas Garimpeiras nos cruzamentos de interesses em distintas escalas. No escopo de uma pesquisa em fase inicial de doutorado (NEPAM/IFCH/UNICAMP), o work a ser apresentado pretende sistematizar algumas informações oficiais e produção científica sobre as Reservas Garimpeiras na Amazônia brasileira, tentando colaborar para um histórico, contextualização e melhor compreensão do tema conflituoso no atual cenário.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameaçam a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: